

FOLHACIÊNCIA

Tel.: 0/xx/11/224-3178
 E-mail: ciencia@uol.com.br
 Fax: 0/xx/11/224-4217

Serviço de atendimento ao assinante:
 0/xx/11/224-3090

PÁGINA A 30 ★ SÃO PAULO, DOMINGO, 22 DE OUTUBRO DE 2000

AMBIENTE Relatório de ONG e Banco Mundial conclui que 83% da região recebe chuvas demais para agropecuária rentável

Amazônia tem vocação florestal, diz estudo

MARCELO LEITE
 EDITOR DE CIÊNCIA

Afirmar que a Amazônia tem vocação florestal parece óbvia. Não é, como provam três décadas de tentativas frustradas de ocupá-la com agropecuária tradicional. Quem sabe agora, com um estudo chancelado pelo Banco Mundial, o país se convence de que a extração de madeira não é pecado e pode ser a salvação.

O relatório, obtido com exclusividade pela Folha, conclui que 83% dos mais de 5 milhões de km² da Amazônia são impróprios para o plantio de grãos e para o gado. Já se desconfiava disso, por conta dos solos pobres predominantes. A novidade apontada no estudo é que as chuvas são as maiores culpadas pelos muitos fracassos agrícolas na região.

Nas regiões mais úmidas, a taxa de abandono da terra anteriormente cultivada chega a mais de 20%, constatou o estudo.

"A chuva teve um impacto, como variável, muito maior do que a gente previa", afirma o agrônomo Adalberto Veríssimo, do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), um dos autores. O excesso de precipitação era "uma hipótese que ninguém ainda havia testado".

Segundo Beto Veríssimo, como é mais conhecido no mundo das ONGs e das instituições multilaterais, a correlação entre pluviosidade e rendimento agrícola "deu charme e elegância ao trabalho".

Para chegar a essa conclusão, a equipe primeiro dividiu a Amazônia em três grandes regiões

—úmida, de transição e seca (veja o primeiro mapa abaixo, à direita). Em seguida, cruzou essa informação com dados do Censo Agropecuário 1995-96, do IBGE.

Verificou-se que, até 1.800 mm de chuvas por ano (região seca, na definição do estudo, ou 17% da Amazônia), algo entre 30% e 40% da terra é destinada à agricultura. Acima disso, nas zonas de transição e úmida, essa taxa de ocupação começa a cair vertiginosamente. A partir de 2.200 mm, despenca para 5%.

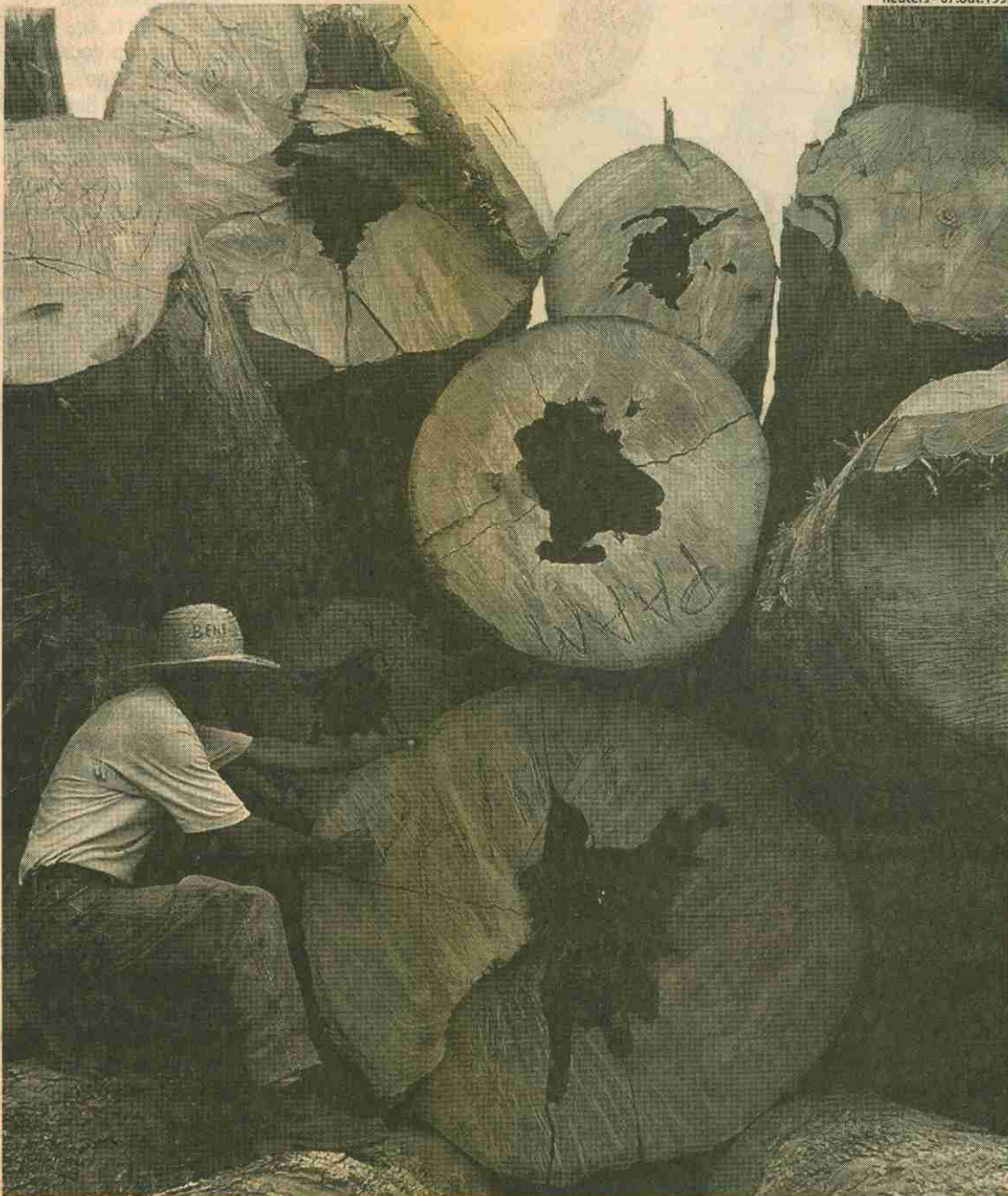
No caso da pecuária, a atividade mais importante, obtém-se uma taxa de retorno de apenas 4,2%, considerada muito baixa. Nas melhores áreas, não passa de 13%. A lotação média é de apenas 0,7 cabeça de gado por hectare, resalta o estudo, gerando meros 118 mil empregos permanentes.

Na Internet

O título do texto é enorme: "Manejo Florestal Sustentável, Mudanças Econômicas no Uso do Solo e Implicações para Políticas Públicas na Amazônia". Deve ser posto à disposição do público, pela Internet, dentro de um mês.

Além de Robert Schneider, do setor ambiental do escritório do Banco Mundial em Brasília, participaram pesquisadores do Imazon, uma ONG de pesquisa com sede em Belém do Pará. São eles: Eugênio Arima, Adalberto Veríssimo, Paulo Barreto e Carlos Souza Júnior. O trabalho consumiu um ano, informa Veríssimo.

É a primeira vez que o Banco Mundial faz um estudo no Brasil em parceria com uma ONG.



Madeireiro marca toras extraídas de floresta certificada para manejo sustentável no Amazonas

Encontro debate o sequestro de gás carbônico

DA REDAÇÃO

O governo brasileiro tem se mostrado contra, mas as organizações não-governamentais (ONGs) que atuam na Amazônia não se dão por vencidas: insistem em discutir a inclusão de florestas brasileiras no chamado mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL, ou CDM, na versão inglesa).

Sua última tentativa, antes de uma negociação internacional sobre o tema em Haia (Holanda) mês que vem, ocorre amanhã e terça-feira em Belém. É o seminário "Critérios para Inclusão de Florestas no MDL", organizado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (www.ipam.org.br).

O governo brasileiro, embora tenha sido o autor da proposta de MDL nas negociações sobre o Protocolo de Kyoto (tratado para redução de emissões que causam o efeito estufa), não aceita florestas no negócio.

As plantas, para crescer, consomem gás carbônico na fotossíntese. O carbono termina fixado na forma de madeira, raízes e folhas (biomassa). (ML)

Madeira gera mais empregos

DA REDAÇÃO

Comparada com os 4,2% da pecuária, a taxa de retorno de 122% da extração de madeira verificada no estudo do Banco Mundial e do Imazon parece um paraíso. Não é, tampouco. Feita de modo predatório, como hoje, é o motor primário da destruição amazônica.

Mesmo nessa forma selvagem, o setor já é responsável por 15% do produto interno dos Estados Pará, Mato Grosso e Rondônia. Isso corresponde a cerca de 500 mil empregos diretos e indiretos, calcula Adalberto Veríssimo.

O problema é que, esgotadas as madeiras de maior valor, os madeireiros partem para áreas novas. Deixam atrás de si um rastro de destruição e comunidades de pauperadas, dependentes de uma agricultura sem futuro e de uma pecuária de baixo rendimento.

É o ciclo conhecido como "boom-bust" (crescimento explosivo seguido de colapso).

A recomendação do relatório é, em certo sentido, antiliberal: disciplinar o mercado. Em poucas palavras, mais ação do governo, criando 700 mil km² de florestas de uso econômico.

"O mercado não promoverá o desenvolvimento da Amazônia de acordo com o interesse amplo da sociedade brasileira, uma vez que os benefícios de curto prazo do modelo de uso predatório dos recursos naturais são maiores do que os retornos do uso sustentável", conclui o sumário executivo do documento.

De fato, os dados compilados no relatório indicam que é bem menor o retorno das poucas experiências feitas na Amazônia com manejo sustentável de florestas para extração de madeiras. Algo da ordem de 71%, contra os 122% da mesma atividade realizada sem planejamento e controle.

Ainda assim, trata-se de um desempenho muito superior ao da pecuária que se instala após o boom madeireiro. É o que trata de demonstrar a parte mais engenhosa do trabalho.

Com base nos dados do Censo Agropecuário e de outros estudos do Imazon e do Banco Mundial, o grupo simulou o que aconteceria com um município fictício na Amazônia úmida, com 1 milhão de hectares de floresta densa. A

idéia era comparar a extração de madeira do tipo "boom-bust" com o manejo racional.

No primeiro caso, a atividade econômica cresce rápido nos oito primeiros anos, mas começa a declinar quando escasseiam as árvores de alto valor. Após 20 anos, mesmo as de baixo valor já estão exauridas. A renda bruta da atividade, que alcança US\$ 100 milhões no oitavo ano, despenca para US\$ 5 milhões no 23º.

No caso do manejo sustentável, a renda nunca alcança US\$ 100 milhões. Fica em US\$ 70-80 milhões, pela simulação, mas de modo sustentável. Não cai mais.

Com relação ao emprego, ocorre algo semelhante. De início, as duas formas de exploração empregam número equivalente de pessoas. Após o oitavo ano, a atividade predatória chega a empregar 4.500, mais que o manejo (3.500), mas no final deixa apenas 500 empregados na pecuária, quando migra para outro município. Em contrapartida, estima-se que os 3.500 do manejo seriam mantidos indefinidamente.

Metas do governo

Na realidade, o que o relatório do Banco Mundial e do Imazon propõem é a extensão do que já é meta do governo federal. No Programa Nacional de Florestas anunciado mês passado, a administração FHC fixou a meta de criar 500 mil km² de florestas nacionais (Flonas), ou mesmo estaduais, de exploração.

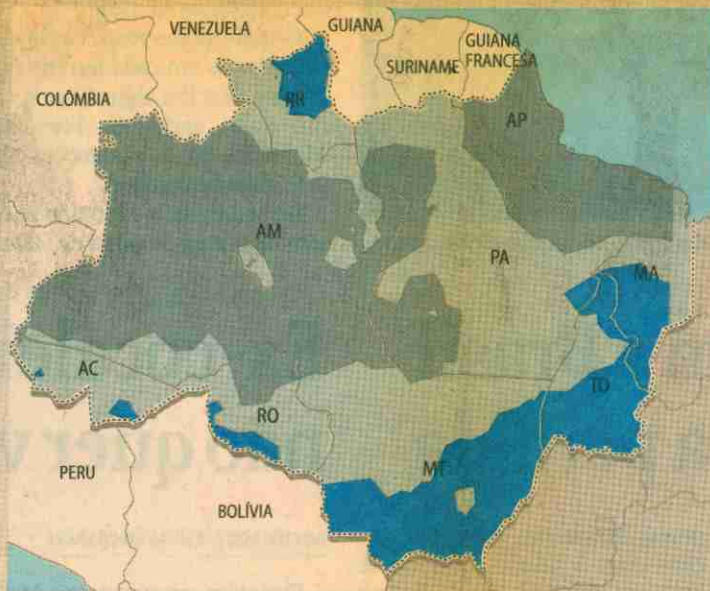
Como o estudo fala em 700 mil km², não parece muito mais —mas é. Hoje existem apenas 83 mil km². "Se criar 500 mil km², podemos soltar foguetes", diz Veríssimo, do Imazon. Só a Flona Tapajós tem um projeto-piloto de manejo sustentável, o restante não é explorado.

De todo modo, a criação de Flonas não envolveria grande investimento. Muitas das áreas indicadas pelo estudo (veja mapa) com potencial madeireiro são terras devolutas, ou áreas designadas como de interesse para reforma agrária (um contra-senso, dado que as condições climáticas são adversas para a agricultura).

"A primeira mensagem desse trabalho é: não façam assentamentos aqui, não há vocação agrícola", diz Veríssimo. (ML)

A GEOGRAFIA DO SUCESSO

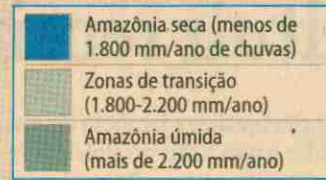
Mapa das chuvas ajuda a definir onde e como a Amazônia pode dar certo



1 Três Amazônias

→ Cerca de 83% da Amazônia tem chuvas demais para comportar agricultura ou pecuária produtivas

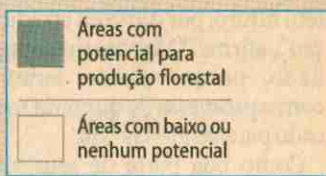
→ A umidade e a ausência de uma estação seca definida tornam estradas intransitáveis o ano todo, favorecem pragas e dificultam a armazenagem de grãos



2 Vocação florestal

→ Embora inadequadas para agricultura, muitas dessas terras têm alto potencial para exploração de madeira

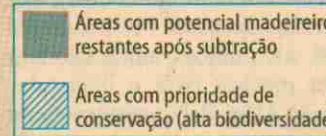
→ Desconsideradas áreas já ocupadas e protegidas, ou muito isoladas, resta 1,15 milhão de km² com potencial



3 Barreiras para proteção da biodiversidade

→ O estudo verificou quais zonas com potencial madeireiro coincidem com aquelas prioritárias para conservação, por conterem muitas espécies

→ Ainda sobram cerca de 700 mil km², ou 14% da Amazônia, que poderiam ser transformados em Flonas (Florestas Nacionais, com exploração florestal)



País ganharia com concessões

DA REDAÇÃO

A criação de 700 mil km² de florestas nacionais de uso pode tornar-se também uma boa fonte de arrecadação para o governo federal. São três as fontes consideradas no estudo: royalties pela concessão da exploração, impostos sobre madeira predatória e pagamento por sequestro de carbono.

Nenhum desses mecanismos existe ainda, é bom esclarecer. No primeiro caso, a idéia não é o governo federal explorar diretamente a Flona criada, mas arrendá-la a terceiros. O pagamento seria feito com base na madeira disponível para extração.

Isso funcionaria como regularização fundiária, maior obstáculo hoje para a adesão de madeireiros ao manejo sustentável: poder comprar toras, para derrubada, de áreas com títulos válidos, que lhes dêem segurança de continuar em exploração no futuro, sem a ameaça constante de irregularidades descobertas pela fiscalização.

Para diminuir a diferença de rendimento entre manejo e exploração predatória (71% contra 122%), o documento do Banco Mundial e do Imazon propõe a criação de uma taxa para a segunda, para desestimulá-la. O estudo calcula que ficaria entre US\$ 1 e US\$ 4 por m³ de madeira.

Por fim, o trabalho recomenda ainda que a rentabilidade do manejo seja incrementada com uma remuneração pelos serviços ambientais prestados pela floresta (em particular a fixação, ou sequestro, de gás carbônico, uma forma de combater o efeito estufa). É uma idéia recente e ainda muito polêmica, mas atraente.

Segundo estimativa do Banco Mundial, quando esse mercado mundial de carbono existir, poderia movimentar US\$ 20 bilhões a US\$ 30 bilhões por ano, na base de US\$ 2 a US\$ 3 por tonelada de carbono que deixa de ir para atmosfera ou dela é retirada.

Calcula-se que o Brasil possa absorver de 5% a 10% disso. Na pior hipótese, US\$ 1 bilhão por ano. "Pode parecer pouco, mas toda a exportação de madeira da Amazônia gera US\$ 350 milhões", diz o engenheiro florestal Paulo Barreto, do Imazon. (ML)